

O 25 de Abril e os horizontes do tempo

Miguel Cardina



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/rccs/15545>

DOI: 10.4000/11pqz

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 31 de maio de 2024

Paginação: 3-4

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Miguel Cardina, «O 25 de Abril e os horizontes do tempo», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 133 | 2024, publicado a 23 maio 2024, consultado a 10 outubro 2024. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/15545> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/11pqz>



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

O 25 de Abril e os horizontes do tempo

Quanta distância cabe em 50 anos? A pergunta contém uma das indagações mais cultivadas pelas ciências sociais e humanas e, muito particularmente, por uma certa historiografia clássica: a de saber quanto tempo necessitamos deixar transcorrer para que um evento se torne inteligível. Numa perspetiva de matriz positivista, quanto mais distante um acontecimento se encontra de quem o perscruta, mais seria objetivável. Postas as coisas deste modo, esquecemo-nos que história e memória não são domínios antagónicos, mas que antes se retroalimentam. E caímos também na tentação de examinar o passado à luz da cadência regular dos cronómetros. Acontece que os acontecimentos disruptivos – e mais ainda quando esses acontecimentos são revoluções – têm dinâmicas e produzem efeitos que baralham os próprios conceitos de distância e proximidade.

A revolução do 25 de Abril foi um processo histórico concreto, com um início e um fim. A democracia portuguesa é herdeira direta desses cerca de dois anos de lutas e conquistas populares que, de certa forma, a Constituição de abril de 1976 iria codificar. A história das últimas décadas pode ser vista como uma história da distância relativamente ao legado revolucionário, acentuada, em diferentes tempos e velocidades, com a afirmação da agenda neoliberal, a erosão dos serviços públicos, o recuo dos direitos do trabalho, o domínio comunicacional da direita, o (res)surgimento de tópicos saudosistas da ditadura e do colonialismo.

Mas ela foi também a história da persistência de “Abril” enquanto legado, material e discursivo, que continua a dar conteúdo à noção de democracia no país e a ser ciclicamente mobilizado em momentos de crise e de combate político e social. Foi assim nos 40 anos, em 2014, quando as *grandoladas* apareceram como forma de repúdio aos governantes que implementavam as medidas de austeridade acordadas com a Troika; foi assim em 2024, nos 50 anos, quando as ruas afirmaram a memória do 25 de Abril como projeto, depois do forte crescimento eleitoral das direitas e da extrema-direita.

Na história das reflexões intelectuais sobre o 25 de Abril, cabe ao Centro de Estudos Sociais (CES) um lugar relevante. Foi em 1984 que o Centro organizou o colóquio “Portugal 1974-1984. Dez anos de transformação social”, que visava examinar os impactos e as mudanças trazidas

pela revolução nos domínios económicos, políticos, sociais e culturais, e cuja discussão seria posteriormente publicada nos números 18/19/20 da *Revista Crítica de Ciências Sociais* (RCCS). Foi ainda no quadro do colóquio que se criou o Centro de Documentação 25 de Abril, que se tornaria, desde então, numa referência incontornável na organização e no acesso ao material documental sobre as lutas antifascistas e anticoloniais e sobre as dinâmicas do período revolucionário.

Agora, 50 anos passados sobre o acontecimento que marcou a natureza da democracia portuguesa, o CES decidiu organizar um conjunto amplo de iniciativas para marcar essa data redonda, entre as quais se inclui a edição deste número da RCCS. Como dizemos no pequeno texto que guia essas iniciativas, o 25 de Abril é, simultaneamente, “resultado e contraponto de um século XX marcado pela longa vigência da ditadura, por fundas desigualdades, por trajetos de resistência política, por atavismos e processos de mudança em termos nacionais e internacionais, pela presença central do colonialismo e da guerra, e ainda pelo início do processo de descolonização levado a cabo pelos povos colonizados, de que resultariam as independências africanas. Perscrutar as marcas da revolução é proceder a um exercício que obriga a repensar desafios históricos tão atuais: do controlo democrático da economia a uma sociedade livre de racismo, machismo e de outras opressões” (cf. <http://ces.uc.pt/pt/agenda-noticias/50-anos-de-abril>).

É porque o 25 de Abril é história, mas é também uma promessa mobilizadora, que continua a interpelar o presente. É essa a medida da sua distância. Ou, se quisermos, da sua proximidade.

Miguel Cardina

Coordenador da Comissão Organizadora

50 anos de Abril no CES

Miguel Cardina

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal

Contacto: miguelcardina@ces.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5428-457X>

<https://doi.org/10.4000/11pqz>

